

**ESTATUTO SOCIAL**  
**SOLUÇÕES PÚBLICA & PRIVADA DE PAGAMENTOS S/A**

**CAPÍTULO I**  
**DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Art. 1º** - SOLUÇÕES PÚBLICA & PRIVADA DE PAGAMENTOS S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, que se regerá pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

**Art. 2º** - A Companhia tem sede na Avenida Felipe Schmidt, 2244, Edifício Milena, Andar 1, Sala 09, Centro, Braço do Norte, SC, CEP 88.750-000.

**Art. 3º** - A companhia tem como objeto social:

Assessoria, consultoria, planejamento estratégico, desenvolvimento de programas, gestão de documentos correlacionados a sistemas informatizados, produtos, implantação e treinamentos relacionados à área de pagamentos via meios eletrônicos e pagamentos via celular; Desenvolvimento de tecnologia e procedimentos direcionados ao credenciamento, análise e concessão, autorização e backoffice de meios de pagamentos através de celular ou outra tecnologia; Processamentos de dados e assistência aos usuários de sistemas de pagamentos móveis; Desenvolvimento de segurança em tecnologia de meios de pagamento; Atividades acessórias aos serviços acima mencionados que não dependam de autorização governamental ou registros em qualquer órgão; Consultoria em gestão empresarial e em atividades correlatadas de apoio à gestão empresarial; Intermediação de serviços e negócios em geral; Consultoria e assessoria tecnológica em publicidade, propaganda e marketing; Participação em outras sociedades, inclusive no mesmo ramo de atividade, no todo ou em parte; Exploração de portal virtual destinado a veiculação e divulgação de marcas, produtos e serviços e outros materiais de propaganda e publicidade, incluindo a locação de espaço publicitário virtual para inserção de textos, desenhos e outros materiais; Administração de cartões de crédito e cartões de débito bem como cartões vale refeição e vale alimentação; Atividades de cobrança e informações cadastrais.

**Art. 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

**CAPÍTULO II**  
**DO CAPITAL SOCIAL**

**Art. 5º** - O capital social é de R\$ 95.400,00 (Noventa e Cinco Mil e Quatrocentos Reais) representado por 95.400 (Noventa e Cinco Mil e Quatrocentas) ações ordinárias, pelo valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, já totalmente integralizado.

*Parágrafo 1º* - As ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação corresponde à 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

*Parágrafo 2º* - As ações da Companhia podem ser integralizadas em moeda corrente nacional e/ou em bens de qualquer natureza.



*Parágrafo 3º* - Nenhuma transferência de ações terá validade ou eficácia perante a Companhia ou quaisquer terceiros, nem será reconhecido nos livros de registro e de transferência de ações, se levada a efeito em violação a acordo de acionistas arquivado na Companhia.

*Parágrafo 4º* - Em ocorrendo casos eventuais de perdas que reduzam o patrimônio da Companhia a um valor inferior à terça parte do capital social, este será aumentado para evitar a dissolução da Companhia.

*Parágrafo 5º* - Os acionistas terão entre si o direito de preferência na aquisição de ações dos que desejam aliená-las por qualquer forma ou motivo direito esses proporcionais à participação que detenham no capital subscrito da sociedade e que, se não for exercido no todo ou em parte, reverterá aos demais, sempre proporcionalmente. Os acionistas poderão vender as ações a terceiros caso os demais acionistas não queiram adquiri-las.

*Parágrafo 6º* - Caso o acionista aliene suas ações, de forma total a empresa do mesmo grupo econômico, ou ainda a empresa que possua em seu quadro social membro componente da sociedade alienante, independentemente da forma social que se revista, não se aplicará o disposto no parágrafo anterior, não havendo qualquer espécie de preempção ou preferência dos outros acionistas em relação às ações alienadas.

*Parágrafo 7º* - Todo o aumento de capital será aprovado em Assembleia Geral que detenham no mínimo 75% das ações do capital da sociedade, e seu fim será específico para aplicação no objeto social da companhia.

### **CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 6º** - A Companhia será administrada por uma Diretoria Colegiada.

### **CAPÍTULO IV DA DIRETORIA**

**Art. 7º** - A administração da Companhia será composta por (03) três membros, todos residentes no país, eleitos em Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos permitida à reeleição.

*Parágrafo 1º* - A diretoria fica dispensada de prestar caução em garantia de sua gestão.

*Parágrafo 2º* - Compete à diretoria a administração e condução dos negócios da companhia e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou pelo presente estatuto, atribuída a competência à Assembleia Geral. Aos Diretores compete além das atribuições normais ao cargo de Diretor, o exercício dos seguintes atos específicos:

(I) que a administração da Companhia seja exercida com o devido respeito aos direitos de cada um dos Acionistas;

(II) que a administração da companhia seja direcionada à busca permanente de eficiência, produtividade e competitividade e, como consequência, lucratividade, sendo os Diretores e demais administradores de escalão inferior, eleitos ou nomeados dentre profissionais de reconhecida experiência e capacidade técnica e administrativa; e



(III) que as decisões estratégicas da Companhia na área financeira, na área comercial e na política de recursos humanos sejam motivadas pelos interesses comuns dos Acionistas, buscando garantir a estes o melhor retorno de seus investimentos, mediante uma política consistente de pagamento de dividendos, observado o disposto no Estatuto Social.

(IV) a descrição das atribuições operacionais dos seus Diretores deverá ser detalhada em documento específico aprovado pela Assembleia Geral com o aceite dos Diretores.

(V) Zelar pela observância da lei e do presente estatuto;

(VI) Zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais;

(VII) Administrar e supervisionar os negócios da companhia de acordo com as diretrizes fixadas;

(VIII) Emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários;

(IX) Zelar pelo cumprimento das obrigações legais, regulamentares e contratuais de seu objeto social;

(X) Outorgar procurações por si em situações inerentes ao seu cargo ou em conjunto de dois diretores em assuntos inerentes a companhia.

*Parágrafo 3º* – Compete ao Diretor Administrativo: representar a companhia junto às autoridades dos poderes executivo, legislativo e judiciário, na esfera federal, estadual e municipal, zelar pela manutenção dos livros contábeis da companhia, representar e obrigar, legalmente, a companhia em conformidade com o estatuto social, no que toca às matérias de competência de sua diretoria, representar a companhia no que toca as operações, negócios e atividades da companhia ou de qualquer subsidiária, assinar cheques e compromissos assumidos pela sociedade, dar quitação em conjunto com o outro diretor.

*Parágrafo 4º* – Compete ao Diretor Comercial: atuar como relações públicas da sociedade, e promover a comercialização e compra, providenciar contratos, representar e obrigar a companhia em conformidade com o estatuto social, no que toca as matérias de sua diretoria, dar quitação em conjunto com o outro diretor, representar a companhia no que toca a matéria financeira e relações com instituições financeiras.

*Parágrafo 5º* – Compete ao Diretor Técnico: responsabilizar-se pela área técnica, principalmente a manutenção dos equipamentos disponíveis, bem como, durante a implantação e desenvolvimento de novas técnicas, o cumprimento do cronograma físico de execução e o gerenciamento e coordenação das equipes de implantação e suporte, assinar cheques e compromissos assumidos pela sociedade, dar quitação em conjunto com outro diretor.

*Parágrafo 6º* – As reuniões da diretoria serão presididas pelo Diretor Administrativo.

*Parágrafo 7º* – Cada acionista terá direito a voto para eleição dos Diretores em Assembleia Geral.

*Parágrafo 8º* – As deliberações da Diretoria e os atos dos respectivos Diretores, no exercício regular de seus cargos, obrigam a Companhia, na forma da Lei e do Estatuto, mas cada Diretor só responde pelos atos em que tenha participado efetivamente.

**Art. 8º** - Os diretores terão a remuneração fixada, anualmente, pela Assembleia Geral dos acionistas, dentro do critério do artigo 152 e seus parágrafos, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.



**Art. 9º** - A Diretoria tem os poderes e atribuições que a Lei lhe confere para assegurar o funcionamento da sociedade e a conservação de seus objetivos, conforme artigo 155 da Lei 6.404/76.

**Art. 10º** - No caso de vaga da diretoria, durante a sua gestão, será convocada a Assembleia Geral dos acionistas, com o fim específico para eleição da vaga em aberto.

**Art. 11º** - A diretoria, representada sempre por dois diretores, tem poderes para representar a sociedade em todos os atos da vida civil e comercial em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, bem como para gerir e administrar os seus bens, haveres e negócios de modo a realizar o objetivo social da companhia.

**Art. 12º** - Aos membros da diretoria é vedado exercer, em nome da sociedade, atividades que não se relacionem com os objetivos sociais, tais como a prestação de caução e garantia em favor de terceiros, caso em que os respectivos instrumentos não produzirão quaisquer efeitos contra a sociedade, salvo se expressamente autorizados por Assembleia Geral.

**Art. 13º** - Os diretores eleitos poderão constituir mandatários ou procuradores, em nome da sociedade, devendo constar no respectivo instrumento de mandato ou procuração os poderes outorgados bem como o prazo nele determinado.

**Art. 14º** - Fica vedado o uso da sociedade sob qualquer pretexto ou modalidade em operações ou negócios estranhos ao objeto social.

**Art. 15º** - Os atos a constituir hipotecas, penhores de qualquer natureza, alienação de imóveis, contratação de créditos e financiamentos, celebração de escrituras públicas e particulares, somente terão validade se aprovados e assinados pelos acionistas que detenham no mínimo 75% das ações da companhia.

**Art. 16º** - A representação da Companhia dar-se-á, necessariamente, mediante assinatura dos 02 (dois) diretores.

**Art. 17º** - A Diretoria reunir-se-á por convocação de um de seus Diretores, ou a pedido de qualquer um de seus membros, sempre que os interesses sociais o exigirem. As reuniões realizar-se-ão na sede social, sendo lavrada uma Ata de todas as deliberações.

**Art. 18º** - Findo o prazo de mandato, os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus respectivos substitutos, eleitos em assembleia.

**Art. 19º** - A investidura no cargo de Diretor far-se-á mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas de Reunião de Diretoria.

## **CAPÍTULO V DAS ASSEMBLEIAS GERAIS**

**Art. 20º** - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, a cada ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, quando os interesses



sociais exigirem, mediante convocação na forma a seguir prevista, observados, em qualquer caso, os procedimentos legais.

*Parágrafo 1º* - A Assembleia Geral será convocada pelos Acionistas, nos termos da lei, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

*Parágrafo 2º* - As convocações deverão ser publicadas de acordo com o exigido em lei, devendo incluir um resumo da ordem do dia, dia, hora e local da Assembleia.

*Parágrafo 3º* - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por um procurador devidamente constituído há menos de 01 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado.

*Parágrafo 4º* - Sempre que necessário, a Assembleia Geral poderá ser convocada e instalada, em caráter extraordinário, uma ou várias vezes em cada exercício, podendo se realizar, inclusive, concomitantemente com a Assembleia Geral Ordinária.

*Parágrafo 5º* - A Assembleia Geral Extraordinária poderá sempre que necessário ser convocada por qualquer um dos acionistas ou membros da diretoria.

**Art. 21º** - As Assembleias Gerais deverão ocorrer na sede social da Companhia e deverão ser dirigidas por um presidente e um secretário. O Presidente da Mesa deverá ser eleito pelos acionistas presentes e deverá indicar, em seguida, o Secretário.

**Art. 22º** - A aprovação de matérias em Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, dependerá do voto favorável dos acionistas representando a maioria absoluta do capital votante da Companhia, inclusive as matérias listadas abaixo:

- A) Aprovação das demonstrações financeiras anuais da Companhia;
- B) Aprovação do Plano de Negócios, a ocorrer até o mês de outubro do ano anterior a sua execução;
- C) Contratação de empréstimos bancários em valores superiores a R\$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais);
- D) Aumento e redução do capital social, quando será necessário 75%;
- E) Promover alteração do Estatuto Social;
- F) Conceder empréstimos a terceiros ou garantias a instituições financeiras;
- G) Conceder avais, fianças ou garantias em favor de terceiros; desde que não esteja relacionada à atividade da Companhia;
- H) Aprovar a aquisição, a oneração e/ou a alienação de qualquer ativo permanente da Companhia, cujo custo de aquisição ou valor de alienação sejam superiores a R\$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais) em uma mesma operação ou em uma série de operações correlatas, exceto se previsto no Plano de Negócios;
- I) Transferir recursos da Companhia para associações de empregados, entidades assistenciais e recreativas, fundo de previdência privada e fundação;
- J) Contratar empresas ou pessoas para prestação de serviços e/ou fornecimento ou aquisição de materiais, produtos e outros bens, sejam relacionados ao Contrato de Concessão ou não, cujos valores sejam superiores a R\$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais) por ano calendário, computados nesse limite todos os contratos celebrados com as empresas ou pessoas do

marcela



mesmo grupo econômico, bem como a contratação de empregados com salários e benefícios anuais superiores ao valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais);

- K) Resolver os casos omissos do Estatuto Social;
- L) Deliberar sobre a dissolução da Companhia e nomeação de seu liquidante, pedido de concordata ou falência da Companhia;
- M) Deliberar sobre a transformação de parte das ações ordinárias da Companhia em ações preferenciais;
- N) Deliberar sobre a criação de novas ações ordinárias ou preferenciais ou aumento da classe existente sem guardar proporção com as demais;
- O) Deliberar sobre a participação em grupo formal de sociedades, nos termos do art. 265 da Lei das Sociedades por Ações;
- P) Deliberar sobre a transformação, fusão ou cisão da Companhia, ou ainda, sua incorporação em outra;
- Q) Deliberar sobre a alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização, de uma ou mais classe de ações ordinárias ou preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida;

*Parágrafo 1º* - Todos os valores em reais estabelecidos nos subitens acima serão reajustados monetariamente na mesma proporção da variação do IGP-M a partir da data de constituição da Companhia.

*Parágrafo 2º* - A Companhia não poderá contrair empréstimos ou obrigações estranhas a seu objeto social.

*Parágrafo 3º* - Compete ao Presidente e ao Secretário da Assembleia Geral zelar pelo cumprimento de acordo com os acionistas arquivados na Companhia, negando cômputo a voto proferido com violação a tais acordos.

## **CAPÍTULO VI DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 23º** – A Companhia terá um Conselho Fiscal que será instalado durante os exercícios fiscais em que for convocado pelos acionistas, de acordo com a lei.

**Art. 24º** – Quando em funcionamento, o Conselho Fiscal deverá ser composto por 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, que deverão determinar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, a qual deverá satisfazer um mínimo requerido.

**Art. 25º** – Os membros do Conselho Fiscal, acionistas ou não, deverão ser residentes no Brasil e deverão satisfazer todas as exigências legais, incluindo padrões mínimos de competência, como requerido por lei.

## **CAPÍTULO VII DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS, LUCROS E DIVIDENDOS**



**Art. 26º** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, proceder-se-á ao levantamento das demonstrações financeiras exigidas por lei, que deverá ser aprovado até os quatro primeiros meses do exercício seguinte em Assembleia Geral Ordinária.

**Art. 27º** – Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual ou semestral desde que não atinja mais de duas vezes ao ano do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76. A distribuição de dividendos da Companhia está condicionada aos limites fixados na Lei 6.404/76, quer com relação à periodicidade, quer com relação ao valor.

**Art. 28º** – Por decisão da Assembleia Geral, a Companhia poderá levantar balanços e distribuir dividendos relativos ao período menor que o anual observadas às disposições legais.

**Art. 29º** – Os lucros líquidos apurados, podem ser distribuídos de forma desproporcional a participação dos acionistas, desde que com a anuência de todos os acionistas, ou ainda, ficar em reservas na sociedade para futuros aumentos de capital, ou serem aplicados na sociedade da maneira a que lhes convier, para melhor objeto social da mesma.

*Parágrafo único* - Por deliberação dos acionistas, a distribuição de lucros pode ser em qualquer período do ano a partir do resultado do período apurado.

## **CAPÍTULO VIII DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE**

**Art. 30º** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em Lei e neste Estatuto, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecida as formalidades legais.

*Parágrafo único* – Em caso de dissolução da Companhia, caberá à Assembleia Geral dos Acionistas. I) determinar a forma de liquidação; II) nomear o liquidante e fixar a sua remuneração; e III) eleger, caso o Conselho Fiscal seja convocado pelos acionistas durante a fase de liquidação, seus respectivos membros.

## **CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 31º** – A Companhia não poderá contrair empréstimos ou obrigações estranhas a seu objeto social.

**Art. 32º** - A companhia poderá contrair empréstimos, emitir obrigações, debentures, ou títulos financeiros similares que representem obrigações de sua responsabilidade, em favor de terceiros, para o financiamento das atividades descritas no objeto social da companhia.

## **CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

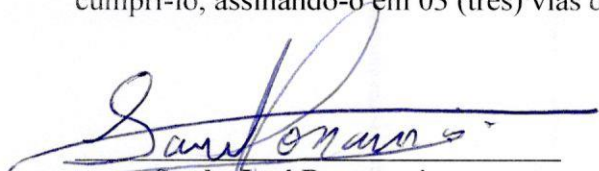




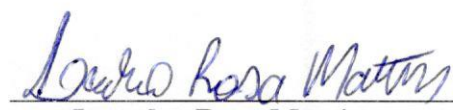
**Art. 33º** - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos na forma da lei, pela Assembleia Geral.

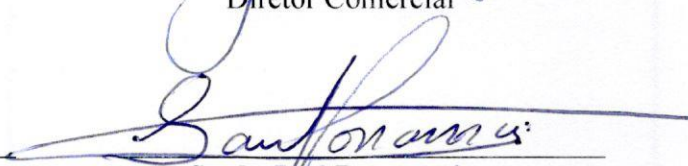
**Art. 34º** - As partes elegem o foro da cidade de Braço do Norte- SC para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Estatuto Social.

**Art. 35º** - Em conformidade com tudo quanto neste instrumento foi lavrado obrigam-se a cumpri-lo, assinando-o em 03 (três) vias de igual teor.

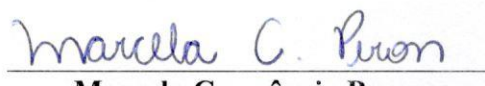
  
**Saulo José Possamai**  
Diretor Administrativo

  
**André Luiz Biassi Graboswsky**  
Diretor Comercial

  
**Leandro Rosa Martins**  
Diretor Técnico

  
**Saulo José Possamai**  
Subscritor

  
**André Luiz Biassi Graboswsky**  
Subscritor

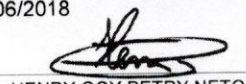
  
**Marcela Crescêncio Peron**  
Subscritora

  
**Aglaie Sandrini Botega Possamai**  
OAB/SC 15475



**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 22/06/2018 SOB Nº: 20180198114  
Protocolo: 18/019811-4, DE 15/06/2018

Empresa: 42 3 0004709 1  
SOLUCOES PUBLICA & PRIVADA  
DE PAGAMENTOS SA

  
**HENRY GOY PETRY NETO**  
SECRETÁRIO GERAL